



MARINHA DO BRASIL

1º BATALHÃO DE OPERAÇÕES RIBEIRINHAS

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

I - Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

1.1. Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) a granel, para atender às necessidades do Comando do 9º Distrito Naval e Organizações Militares subordinadas.

1.2. Por meio da Gestoria de Municiamento, as Organizações Militares subordinadas ao Comando do 9º Distrito Naval atendem cerca de 2.250 mil militares e servidores civis, com café da manhã, almoço e, eventualmente, jantar, além de eventos desportivos e militares em conjunto com outros órgãos. A entrega de Gás de petróleo liquefeito - GLP ocorre diretamente em cada Comando do 9º Distrito Naval e Organizações Militares subordinadas, no período de 6 (seis) meses.

II - Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade;

De acordo com inciso II, art. 9º, IN 58/2022 do ME, aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP devem estar de acordo com o Decreto nº 9.178/2017 estipula como diretrizes de sustentabilidade e com as certificações do INMETRO e da agência nacional de vigilância sanitária (ANVISA).

Prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias contados do(a) recebimento da Nota de Empenho ou Nota Fiscal, em remessa (única ou parcelada), no seguinte endereço conforme o Termo de Referência.

Para cada tipo de máquina ou aparelho, o INMETRO elabora Requisitos de Avaliação de Conformidade - RAC específicos, fixando os respectivos índices de eficiência energética e de consumo e a escala de classes.

O Art. 144 da Lei 14.133 estipula como diretrizes de sustentabilidade: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água, maior eficiência na utilização de recursos naturais e maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. O objetivo essencial é assegurar a aquisição do produto de maior eficiência energética sem prejuízo relevante da competitividade.

A comprovação do disposto nestes subitens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem ou serviço fornecido cumpre com as exigências do edital.

Evidencia-se também a necessidade da realização pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), por se tratar de um objeto cuja natureza não possibilita definir

previamente o quantitativo demandado durante a vigência da Ata de Registro de preços, pois a contratação será realizada em função das condições dos materiais e componentes, sendo indefinidas as quantidades e o momento da contratação, assim não será possível precisar quais serviços serão realizados e suas quantidades. Em face do exposto e visando economia de recursos, a licitação em lide enquadra-se como prescrito nos inc. III e IV. Do art 3º, do Dec. 11.462/2023.

III - levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções;

De acordo com o inciso III, art. 9º IN 58/2022, Os levantamentos de mercado foram realizados através de pesquisas de preços sendo escolhida a empresa com menor valor no mercado com a melhor média entre as empresas.

IV - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução;

De acordo com o inciso IV, art. 9º, IN 58/2022, do ME, a contratação deve atender ao objeto licitado que deverá fornecer parceladamente gás liquefeito de petróleo - GLP garantindo o princípio constitucional da isonomia, e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração que será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. O parcelamento do item dá-se por conta da capacidade de armazenagem das Organizações Militares solicitantes, considerando que o quantitativo total de GLP contratado ultrapassa os limites físicos de tais Organizações

V - estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Conforme o Art. 18, § 1º, VI, da Lei nº 14.133 a estimativa das quantidades foi realizada por esta estação e pelas Organizações Militares subordinadas ao Comando do 9º Distrito Naval situado na Cidade de Manaus/AM, de acordo com a necessidade de aquisição de consumo dos 2 (dois) últimos anos e conforme as quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, da aquisição de gás liquefeito de petróleo - GLP de consumo duradouro eventual, futura, parcelada do material e conforme a necessidade de aquisição de consumo dos 2 (anos) últimos anos.

A quantidade necessária de material é resultado da seguinte fórmula: MÉDIA CONSUMO OU DOTAÇÃO - ESTOQUE + ACRÉSCIMO NECESSIDADES = NECESSIDADE FINAL. Esta quantidade de consumo foi consolidada em uma única planilha, tendo como subsídio a necessidade informada nas planilhas de cada Gestoria com as suas justificativas e quantidades a serem adquiridas. As quantidades e a pesquisa de preço foi realizada de acordo com a MÉDIA de três contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data

da pesquisa, além disso, a pesquisa verificou se os preços estavam de acordo com os valores de mercado de cada região.

Outrossim, A contratação do objeto surge em razão da necessidade de demanda destas OM, a fim de manter o bom atendimento nos setores na área do Comando do 9º Distrito Naval.

A necessidade elencada foi planejada com base nos na lotação destas Organizações de aproximadamente 2.250 militares, de acordo com a demanda ordinária, e os materiais adquiridos serão empregados diretamente para um período de 6 meses, de acordo com o inciso -2 de 5-III do artigo 9º do Decreto 5.450/2005.

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A Instrução Normativa nº 65, de Julho de 2021, que disciplina o orçamento nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto, utilizou-se o incisos I e IV do artigo 5º.

Inciso IN	Tipo de Pesquisa
I	Custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preço, disponível no endereço eletrônico www.bancodeprecos.com.br .
II	Contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços.
III	Pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso.
IV	Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail.
V	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas

A pesquisa de preços foi realizada conforme parâmetros especificados da Instrução Normativa (IN) nº 65/2021, da SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA. Foi utilizado prioritariamente o parâmetro I do art.2º. Como metodologia para obtenção do preço de referência foi utilizada a média aritmética dos preços obtidos, conforme previsto no art. 6º da IN nº 65/2021.

Foi utilizado o inciso I do Art.5º da IN 65/2021. As duas únicas empresas locais que fornecem esse tipo de material a fim de obter o melhor orçamento do item para a realidade da cidade de Manaus, atendendo ao preconizado no inciso IV do Art.5º da IN 65/2021.

Em suma, foi considerado para cálculo da média aritmética, de uma empresa do COMPRAS.GOV e das duas únicas empresas locais que constam no Mapa Comparativo.

Cabe ressaltar que, foram feitos contatos com outras empresas, entretanto, não houve êxito para respostas. Outrossim, a pesquisa foi realizada diretamente com fornecedores, por conta da especificidade do objeto, Gás Liquefeito de Petróleo, considerando que tal item possui poucas empresas interessadas, bem como uma pesquisa de preços com valores anteriores referentes a outras regiões do Brasil poderia gerar defasagem de valores com relação aos preços praticados nesta cidade.

VII - justificativas para o parcelamento ou não da solução, se aplicável;

De acordo com o disposto no § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021, com (Súmula 247 do TCU) e como art. 8º, §3º, inciso VII IN 58/2022 do ME, o objeto a ser adquirido não se enquadra em atividade de custeio além de encontrar-se com nível de detalhamento especificado e bem detalhado.

VIII - contratações correlatas e/ou interdependentes;

8.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade da contratação desta demanda.

IX - demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Contratações Anual (PCA) ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão;

De acordo com o Decreto nº 10.947, de 25 de Janeiro de 2022, a contratação está prevista no Plano Anual de Recursos (PAR); Plano de Ação (PA) conforme orientação da Diretoria de Gestão Orçamentária da Marinha (DGOM); e no Calendário Anual Licitações do Comando do 9º Distrito Naval.

X - resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável;

De acordo com o inciso X, art. 9º, IN 58/2022, do ME, a pesquisa foi realizada em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis a fim desenvolvimento nacional sustentável.

Justificadamente, portanto, opta-se por realizar-se a presente licitação, valendo-se do Sistema de Registro de Preços em virtude do exato enquadramento das necessidades dos órgãos públicos citados nos registros fundamentais para a utilização desse sistema.

XI - providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização;

11.1. De acordo com o inciso XI do art. 9º da IN 58/2022, a OMAp deve se certificar sobre quais providências devem ser estabelecidas pela Administração, inclusive quando a capacitação de pessoal para gestão e fiscalização do contrato e adequação do ambiente da organização.

11.2. Os militares responsáveis pela fiscalização do contrato são cursados ou estão cursando o Curso de Fiscalização de Contratos, ministrado pelo Centro de Instrução Almirante Newton Braga (CIANB), conforme preconizado no inciso II do art. 7º da Lei

14.133/2021.

XII - possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento; e

12.1 As Organizações Militares estão estruturadas de forma a não causar impactos ambientais de forma dar tratamento ou a mitigar buscando sanar os riscos ambientais existentes.

XIII - posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação.

13.1. Declara-se que a contratação pretendida é viável, em face das informações de planejamento acima expostas, as quais foram elaboradas em conformidade com o contido na Lei 14.333/2021, consoante o art. 9º, XIII, da IN SEGES/ME 58/2022.

Membros da Equipe de Planejamento:

- 2ºTen(QC-IM) 23.0135.16 JULIANE MATHIAS BENVINDO -Integrante Administrativo;
- 3ºSG-CO 14.0150.13 MARCOS MOISÉS BORGES REIS -Integrante Técnico; e
- 3ºSG-CO 14.0228.42 LUIZ CLÁUDIO GOMES JÚNIOR- Integrante Técnico.

Manaus, AM, na data da assinatura.

JULIANE MATHIAS BENVINDO
Segundo-Tenente (QC-IM)
Encarregada da Divisão de Obtenção
ASSINADO DIGITALMENTE

Em cumprimento ao disposto no artigo 24 da Instrução Normativa nº 05/2017, do MPDG, aprovo o documento de Estudos Técnicos Preliminares, a fim de demonstrar o planejamento da contratação, de acordo com o inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021.

APROVADO POR:

Manaus, AM, na data da assinatura.

GUSTAVO HENRIQUE SCHNEIDER ARUEIRA
Capitão de Fragata (FN)
Ordenador de Despesas
ASSINADO DIGITALMENTE